



CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DO REGIME MILITAR E SUA RELEVÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO HODIERNA

¹ Elba Siqueira Gomes.

Eixo 2. Educação, Intervenções Sociais e Políticas Afirmativas.

RESUMO

A referida produção retrata o período histórico do Regime da Ditadura Militar no Brasil e seus reflexos na educação atual, objetivando estabelecer uma relação entre a relevância da educação nesse período histórico com a educação hodierna. O período de domínio militar no Brasil estabelece uma ruptura nos moldes de ser e de viver no seio da sociedade da época. O autoritarismo e a coesão ao direito de expressão deram lugar a momentos de intensa repressão e violência descarada por parte dos que comandavam o país durante os vinte e um anos que perdurou tal regime (1964 – 1985). A educação sofreu as consequências das decisões governamentais desse período, no entanto os grupos organizados lançaram diversos manifestados e lutaram arduamente para retomada dos direitos dos cidadãos brasileiros. Acredita-se que as lutas travadas naquela época, tenham fortalecido a sociedade atual, que de alguma forma tem lutado por seus direitos, pois, especialmente no campo educacional, apesar das enormes dificuldades existentes, muitos passos já foram dados em prol de uma educação de qualidade, cabendo a nós, "comunidade escolar do século XXI", seguir o exemplo de luta e buscar avanços no campo educacional brasileiro, pois, a educação precisa estar inserida nos padrões de qualidade que os brasileiros merecem, não basta aprender é preciso aprender dignamente.

Palavras – chave: Educação. Regime Militar. Luta.

ABSTRACT

Such production portrays the historical period of the Regime of Military Dictatorship in Brazil and its effects on education today, aiming to establish a relationship between the relevance of education in this historical period with today's education. The period of military rule in Brazil establishes a break in the mold of being and living within the society of the time. Authoritarianism and cohesion to the right of expression gave way to moments of intense repression and blatant violence by those who ruled the country for twenty-one year old who has endured such a regime (1964-1985). Education suffered the consequences of government decisions that period, however organized groups launched several expressed and fought hard to revive the rights of Brazilian citizens. It is believed that the struggles that time, have strengthened the current society that has somehow fought for their rights, because, especially in the educational field, despite enormous difficulties, many steps have been taken towards an education quality, fitting us, "school community of the XXI century", following the example of struggle and seek advances in Brazilian educational field, because education must be

inserted in the quality standards that Brazilians deserve, not just learn one must learn worthily.

Key – words: Military Regime. Fight. Education

1. INTRODUÇÃO

Destacar um período da história da educação no Brasil, considerando-o o mais significativo, não é nada fácil, pois toda essa trajetória foi marcada por momentos bastante significativos, desde o período jesuítico até os dias atuais, apesar da grande necessidade de melhorias constantes, a educação têm vivido momentos marcantes.

Reflete-se nesta produção a educação no Período do Regime Militar, por entender-se que apesar da violenta repressão que massacrava a comunidade escolar naquela época, tal período também ficou marcado como um momento de luta e defesa de ideologias. Muito embora naquele momento muitos tenham sido obrigados a calar, o exemplo de luta serve de reflexo até os dias atuais.

Para melhor compreensão do texto em evidência o mesmo foi dividido em dois capítulos: o primeiro falando sobre o sistema educacional no período da Ditadura militar e o segundo falando sobre educação hodierna, nas considerações finais serão apontadas as relevâncias da educação vivenciada na época da ditadura militar para a educação atual.

O objetivo deste trabalho é estabelecer uma relação entre a relevância da educação no período do Regime da Ditadura Militar com a educação hodierna, porém, prende-se perceber que apesar de ter sido um dos momentos mais difíceis para a história da educação no Brasil, esse também foi um momento em que os brasileiros despertaram e lutaram por uma educação digna, portanto, isto foi e é muito significativo para a educação atual.

Para realizar o referido estudo embasou-se basicamente na pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, leis, periódicos, sites, dentre outros. A referida produção é de cunho descritivo e exploratório, tratando-se ainda de uma pesquisa qualitativa.

2. SISTEMA EDUCACIONAL DURANTE O REGIME MILITAR

A escola caracteriza-se por ser um ambiente de integração, onde culturas, etnias, gêneros, características específicas se encontram e interagem. Desse modo, o ambiente escolar é uma organização além de educacional, social; pois, as ações desenvolvidas aí, refletem diretamente na sociedade.

Atualmente, a escola está inserida de forma direta e/ou indireta em outras diversas organizações sociais, sejam elas: religiosas, educacionais, trabalhistas, familiares, dentre outras, elas têm como função organizar metas, propósitos e unir esforços em torno de um ideal comum.

Se toda organização busca um bem comum, a escola, enquanto organização social, precisa estar unida, estabelecer metas (construídas coletivamente) e unir forças para alcançá-las.

Alguns pressupostos de organização escolar estão expressos na CF – Constituição Federal, especialmente quando assegura os direitos, deveres e os princípios da educação nacional:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988)

Diante de tantas obrigações o Estado precisa garantir a sociedade tais direitos e inclusive, o cidadão precisa ter conhecimento destes, para poder fazer uso dos mesmos, nesse sentido:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988)

Portanto, diante do exposto percebe-se que a escola, não é apenas uma simples organização, ela é dever do Estado e direito de todos os cidadãos, pois está expressa na Constituição Federal, tendo respaldo legal.

Na história do Brasil destaca-se o período do Regime Militar, momento este marcado pela perseguição política e ainda pela censura, tal período durou vinte e um anos (1964 – 1985), onde profundas reorganizações de poder fizeram tornar-se inexistente o “estado de direito”, este foi um período sombrio, pois a sociedade vivia amedrontada, privada de seus direitos e suscetível a violência excessiva.

Nessa época, gradativamente, Atos Institucionais foram impostos à população, sufocando-a, coibindo inclusive manifestações coletivas.

Vários acordos do Ministério da Educação e Cultura – MEC, com americanos, foram os responsáveis por reformas de leis no sistema educacional, dando a educação novos caminhos, embasados em características autoritárias e domesticadoras, instalou-se ainda a educação tecnicista. “A tecnologia educacional surgiu como alternativa estatal para se fazer a educação popular, em outras palavras, essa tecnologia deveria absorver a ideologia empresarial vigente para produzir um produto escolar adequado”. (KUENZER & MACHADO, 1986, p. 30).

Desse modo, significativas mudanças ocorreram na educação nacional, porém, tais mudanças não foram exatamente positivas e os estudantes reagiram a estas, com o objetivo de que se houvessem melhorias no sistema educacional brasileiro, porém essa reação em oposição a esses encaminhamentos do programa estatal não agradou nem um pouco aos órgãos governamentais que colocaram em prática a Lei Suplicy, que colocava sob o controle do Governo todas as reações estudantis.

Eram veementemente, punidos os servidores da educação pública, que se manifestassem contra as atitudes tomadas pelo Governo; desse modo, diversos foram presos, torturados e mortos.

A repressão desse período adentrou a escola e reformulou a estrutura pedagógica em sala de aula, um exemplo disso é a limitação do ocorrido no campo das ciências humanas, a fim de limitar o censo crítico e a relação professor – aluno, priorizando-se as ciências exatas. Segundo Ghirdelli, durante o referido período pregava-se a ideia de que, “A educação pública tem de ser, pois reestruturada para contribuir também, como lhe compete para o processo científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico” (2000, p. 155).

A escola visava preparar, mão de obra especializada para suprir as necessidades do mercado em expansão, desse modo o aluno tornava-se alvo desse processo, outro ponto interessante é que o excesso de procura as universidades e quantidade insuficiente para todos, fez com que os cursos profissionalizantes de nível médio se expandissem, eram escolas “polivalentes”.

As instituições escolares seguiam atreladas ao autoritarismo e cercadas de situações que a caracterizavam como anti – democráticas; o fazer pedagógico era um tanto quanto mecânico, onde buscava-se:

A objetivação do trabalho pedagógico da mesma maneira que ocorreu no trabalho fabril, instalou-se na escola a divisão do trabalho sob justificativa de produtividade, propiciando a fragmentação do processo e com isso, acentuando-se as distâncias entre quem planeja e quem executa. (VEIGA, 1989, p. 35).

Foram diversas as manifestações contra a regressão e o autoritarismo que se instalou no país durante o Regime Militar, em contra partida o governo regia cada vez mais violenta. Em 1968 o estudante Edson Luis foi morto, gerando uma enorme revolta estudantil através de protestos que reuniram cerca de 100 mil pessoas em São Paulo (PILLETI, 1990).

Com o passar do tempo a Ditadura Militar começou a enfraquecer, a revolta da população se refletiu através de diversas manifestações. Em 1978 o presidente iniciou um processo de abertura política, dando início a uma

etapa de mais liberdade social e oportunidades para a implantação de mudanças na área educacional. Desse modo, o Brasil inicia um processo de democratização e retomada de espaço da sociedade civil (NAPOLITANO, 1998).

Analisando toda essa trajetória é fácil perceber as dificuldades pelos quais a educação passou e que os reflexos desses momentos geraram carências ainda presentes no nosso sistema educacional.

2.1 EDUCAÇÃO HODIERNA

Nos dias atuais é preciso analisar a escola como um espaço de interação sócio – cultural, levando em consideração o sujeito independente de gênero, condição social, religião, etnia ou ideologia.

A educação moderna caracteriza-se por ser incluyente, ela tem como objetivo inserir o aluno no processo de ensino – aprendizagem de forma qualitativa.

Tal perspectiva é alvo de várias discussões no meio educacional, faz-se necessário refletir sobre a situação do sistema escolar, pois a sociedade não mais mantém a mesma estrutura da época do Regime Militar, por exemplo, contudo, a escola ainda traz resquícios de estruturas daquela época.

O ideário de escola para todos ainda não foi alcançado, ainda se busca esse momento em que todos terão acesso a uma educação de qualidade e concorrerão de forma igualitária a um espaço no mercado de trabalho.

É importante entender que a função da escola atualmente é ainda a de dar sentido ao processo de aprendizagem. A educação moderna tem a função de emancipar o sujeito, sabendo que é a “escola que instrui e que forma, que ensina conhecimentos, mas também comportamentos” (CAMBI, 1999, p. 205). No entanto, grande parcela dos alunos saem da escola sem conseguir relacionar os conhecimentos adquiridos na instituição com as ações desenvolvidas no seu dia-a-dia. Porém, essa forma de pensamento não cabe mais nos dias atuais, é necessário formar para vida, a aprendizagem precisa ser significativa.

A sociedade atual vive em um mundo globalizado, “democrático”, cercado por meios de comunicação, informações constantes, marcado por avanços tecnológicos, cercado por diversidade e anseios, nesse sentido, a escola precisa preparar o aluno para viver nesse meio.

É inegável a afirmação de que a sociedade atual sofre os efeitos das novas tecnologias, tanto no interior da escola como na sociedade de modo geral, tais instrumentos são mecanismos que se fazem presentes nos mais diversos ambientes e tendem a transformar o fazer pedagógico o mais produtivo possível através do auxílio ao professor em sua prática docente.

De modo geral, o uso das tecnologias precisa ser trabalhado de maneira coerente no processo ensino – aprendizagem, pois estas precisam ser aliadas do professor e não substitutas dele. O educador precisa usar essa ferramenta de maneira atrativa, com o intuito de motivar a aprendizagem do aluno.

Apesar das diversas vantagens do uso das tecnologias no processo educativo, muitos professores não sabem utilizar a contento tais instrumentos, assim sendo, o mau uso dessas ferramentas podem causar efeito reverso nos alunos, ou seja, ao invés de estimular a aprendizagem essa prática pode tornar a aula entediante e pouco atrativa. No entanto, se faz necessário ter todo um cuidado ao se utilizar o computador, pois:

[...] a adaptação também deve fazer parte da educação, desde que acompanhada da possibilidade de se emancipar das formas de adaptação anacrônicas. Há uma diferença, contudo, entre ensinar os alunos a usar o computador e transmitir informações por ele. No primeiro caso transmite-se a cultura, no segundo, a cultura é filtrada pela racionalidade do meio técnico (CROCHIK, 2003, p. 99).

Nesse sentido faz-se necessário ter muito cuidado sobre a influência que as novas tecnologias exercem especialmente nos alunos.

Ao nos reportamos à educação hodierna não podemos esquecer que atualmente o mercado de trabalho é

muito concorrido e que uma educação de qualidade é aquela que prepara o aluno para esse mercado de trabalho, formando um sujeito ativo na sociedade em que vive.

A escola cidadã que tem como objetivo transformar, precisa se fundamentar em um projeto capaz de fornecer subsídios que permitam ao seu educando uma vivência social participativa, onde ele também é agente transformador do meio. Contudo, apesar dos conflitos, até chegar-se aos consensos, o projeto – pedagógico sempre estará incluso, visto que a educação e a sociedade sempre estão em movimento, sendo assim, o projeto estará sempre se reformular.

Geralmente percebe-se haver um consenso sobre o papel da escola, ela é percebida como a responsável por formar cidadão críticos e participativos, sujeitos autônomos e reflexivos, conscientes dos seus direitos e deveres, capacitados para atuar não apenas indiretamente, mas de forma direta na sociedade em que vive, contribuindo para a formação e transformação do meio.

Quando se refere a um PPP que proponha uma perspectiva cidadã, pretende-se que ele tenha uma visão ampla, capaz de acolher toda a comunidade, sendo assim o PPP deve levar em consideração o que rege a LDB 9394/ 96 em seu artigo 4º, a referida lei estabelece que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...)
- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico – PPP, deve levar em consideração as peculiaridades dos alunos, uma vez que cada clientela tem suas especificidades na busca em atender os padrões mínimos para que haja qualidade no ensino.

Conforme Gandin (1983, p. 19):

No planejamento temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação (...) sua função é a de tornar clara e precisa a ação, de organizar o que fazemos, de sintonizar ideias, realidade e recursos para tornar mais eficiente nossa ação.

Desse modo, a escola precisa ter uma visão ampla, constatando e descrevendo a real situação da escola, para então seguir adiante de forma qualitativa, não se esquecendo do sujeito principal de toda essa ação “o aluno”.

A escola, no entanto deve ser coerente em suas perspectivas e com sua proposta pedagógica, percebendo que uma escola autônoma é uma escola também cidadã em constante conscientização.

Cada escola vai traçando seu caminho de acordo com suas perspectivas, delineando uma proposta democrática e cidadã. Visto que em seus objetivos é preciso entender que a escola busca formar cidadãos críticos e participativos na sociedade aptos a serem inseridos com sucesso no mercado de trabalho.

Como diz Gandin (1983, p.94) “é fundamental a compreensão de que o processo de planejamento tem seu sentido maior quando ele se converte em processo educativo”. Sendo assim, projetar um futuro embasado na educação de qualidade é dar sentido a todo esse processo, pois uma educação de qualidade certamente fará com o aluno tenha maiores possibilidades de se tornar um cidadão de sucesso, especialmente no que se

refere ao campo profissional.

O aluno aprende melhor quando se torna sujeito do processo de aprendizagem, quando essa aprendizagem é significativa para ele. Para tanto, o PPP têm ainda a incumbência de inserir esse educando enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem, que na prática vai depender muito mais da metodologia utilizada pelo docente, daí a importância da avaliação desse projeto, pois o momento da avaliação vai identificar se os objetivos propostos foram alcançados ou não.

Contudo, considera-se que a educação hodierna tem a perspectiva de incluir e preparar o aluno, dando a ele uma educação que além dos livros, sirva para a vida, pois todos têm direito a uma educação de qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer uma relação entre a educação do período onde imperava o Regime da Ditadura Militar no Brasil e a educação hodierna pode ser um tanto quanto complexo, no entanto, estabelecer essa relação implica em perceber que as lutas daquela época deram força a uma sociedade que luta até hoje.

Foi na época da Ditadura Militar, que muitos jovens estudantes, se viram obrigados em aprender a lutar por seus direitos, em especial o direito a liberdade de escolha e de expressão. Muitos jovens morreram tentando ser ouvidos, outros foram violentamente torturados para se calarem, tantos outros exilados pra se fazerem ausentes.

Esse foi um período cruel na história do Brasil, mas que deixou seu legado. Hoje a sociedade escolar hodierna já tem voz e vez, muito embora ainda não tenha aprendido a usar de maneira totalmente prudente essa liberdade que lhe é disponibilizada.

Muita coisa mudou desde o Regime Militar até os dias atuais: a liberdade de expressão, a Lei de cotas nas universidades, o PROUNI – Programa Universidade para todos, dentre tantos outros benefícios que são conquistas de um povo que luta.

É fato, que ainda há muito que se conquistar quando nos referimos à educação e a igualdade de direitos e deveres, contudo, o que falta muitas vezes é uma juventude determinada e organizada, como outrora, talvez se o espírito de luta tivesse perpetuado, nossas conquistas poderiam ser ainda maiores. No entanto, que se continue em busca de dias melhores para a educação brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

Disponível em:

<http://>

www.

planalto.gov.br

[/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

. Acesso em 14 de março de 2013.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: LBD - 9394/96. Ministério da Educação: Brasília, 1996.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP(FEU), 1999. In: MISSIO, Luciani. Um olhar sobre a educação moderna no século XXI.

Disponível em:

www.

ufsm.gpforma.br

/2senafe/PDF/056e4/pdf. Acesso em 2 de março de 2013.

CROCHIK, José Leon. **Teoria crítica e novas tecnologias da educação**. São Paulo: Cortez, 2003. In: MENEZES, Nívea Maria Silva. Educação hodierna, corpo, body modification: um diálogo sobre a formação cultural do jovem contemporâneo.

Disponível em:

www.

catalao.ufg.br

.historia/revista/sumarios/OP SIS2007.pdf

.

Acesso em: 28 de fevereiro de 2013.

GADIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENSE, A. Z.; MACHADO, L. R. S. **Tecnicismo**: a pedagogia tecnicista. In: MELLO, Guiomar Namó de, (Org.). Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro**: 1964 – 1985. São Paulo: Atual, 1998.

PILLETI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

VEIGA, Ilma Passos. **Repensando a didática**. Campinas: Papyrus, 1989.

¹ Graduada em Geografia (Universidade Estadual de Alagoas); Especialização: História do Nordeste Brasileiro (Universidade Estadual de Alagoas), Formação de Professores em Mídias na Educação (Universidade Federal de Alagoas) e Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica (CESMAC – AL), email: elbasgomes@hotmail.com

.

Recebido em: 15/07/2014

Aprovado em: 15/07/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: